

Obstáculos à renegociação

Os primeiros contatos do ministro Bresser Pereira com os credores internacionais serão férteis em valiosos ensinamentos, desde que venham a ser absorvidos pelo governo brasileiro. Com efeito, o ministro deverá certamente aprender a moderar seu radiante otimismo, para não dizer ingênuo, depois de ter ouvido sérias advertências de parte dos principais representantes da comunidade financeira internacional.

A rigor, o sr. Bresser Pereira partiu para essa rodada de conversações munido de um plano elaborado à última hora, e movido pelo firme propósito de tentar alterar a ordem das coisas no mundo das finanças de além-mar. A estratégia — se é que o termo se aplica em toda sua acepção — parecia consistir em uma abordagem ousada da questão: procurar dividir os credores e negociar separadamente, seja com os bancos privados, seja com os organismos oficiais de crédito. A primeira lição foi-lhe ensinada neste particular: o poder de *dividir para imperar* não está nas mãos dos devedores. Não há como dialogar individualmente com cada um deles, pela simples razão de que não configuram partes estanques de um conjunto abstrato. Ao contrário, os bancos privados respondem menos a seus respectivos governos do que a seus acionistas. Ademais, a profunda dependência que hoje interliga as grandes potências impossibilita a adoção de medidas isoladas, sejam elas consubstanciadas em dólares ou em ienes ou em marcos alemães.

Esperava-se que os credores não se deixariam impressionar pelo plano macroeconômico, elaborado, aliás, em base a um "modelo simples", conforme explicita seu apêndice metodológico. O FMI certamente não esqueceu as amargas recordações que lhe propiciou certo ministro da Fazenda ao não cumprir nenhuma das sete cartas de inten-

ção apresentadas outrora. Assim como o secretário do Tesouro norte-americano houve por bem mencionar a moratória administrada pelo ex-ministro Dfison Funaro logo após o acordo com o Clube de Paris. O atual ministro da Fazenda deveria reconhecer a sistemática de operação dos credores e admitir que o FMI é algo mais do que um cão de guarda das finanças dos países desenvolvidos. Existe um bloco único, formado por governos, bancos privados e agências oficiais de crédito e, até segunda ordem, é com ele que se deve negociar. Entenda-se, ainda, que o termo *negociar* não pressupõe alteração da natureza das partes envolvidas.

O sr. Bresser Pereira respirou aliviado ao ser informado de que os organismos oficiais de crédito não se opõem a um diálogo entre o Brasil e os bancos privados. Ora, no fundo trata-se de uma questão de *timing*: um acordo com o FMI terá de ser feito a qualquer momento, antes ou depois do diálogo com os bancos. Acontece que o Japão não prescinde do FMI, assim como o Clube de Paris. E pode-se supor, com razoável grau de certeza, que os bancos não verão com maus olhos um acordo entre o Brasil e seus respectivos governos. Que dizer então dos acionistas...

O ministro Bresser Pereira parece satisfeito ao ouvir que existe uma diferença semelhante à da água com o vinho entre a recepção que teve e as conversas com Funaro, pelo simples fato de se dispor agora a negociar, contrariando a atitude de confronto eleita pelo anterior ministro da Fazenda. A referência ao passado é desnecessária, mesmo porque atípico, além de condenável. Não é por contraposição a Funaro que os atuais dirigentes lograrão êxito na renegociação. As comparações são úteis, sem dúvida, desde, porém, que a referência seja válida...

Quanto à modalidade de renegociação, o ministro Bresser Pereira in-

siste em reafirmar que não assinará uma cláusula de *cross-de-fault*, pois pretende desvincular um acordo com o FMI (tipicamente de curto prazo) do entendimento de longo prazo que busca com os bancos. Ora, na óptica dos credores — o neoclassicismo que o ministro sempre repudiou na sua passagem pela Academia — o longo prazo nada mais é do que uma sucessão de etapas de curto prazo, durante as quais a ocorrência de desequilíbrios deve ser impedida para não comprometer as metas mais distantes.

Estaria o ministro pensando em impor um choque heterodoxo aos credores? Isso, logo depois de ter ouvido que atitudes conservadoras sempre são bem recebidas? Observe-se que algumas metas do plano macroeconômico foram criticadas no FMI, no FED e no Departamento do Tesouro, notadamente a que se refere ao déficit público e ao desempenho das exportações. Estes limites deverão dificultar a pretensão brasileira de buscar um acordo pluri-anual, conforme pode ser depreendido do plano. Ora, o governo brasileiro agrega à sua pretensão prazos maiores e *spreads* menores, sob a alegação de que o México e a Argentina obtiveram tais condições. No entanto, estes países assinaram um acordo com o conjunto dos credores e não tentaram, talvez por conhecer o resultado de antemão, a estratégia de dividir o que é indivisível.

Até setembro, quando serão retomadas as negociações, haverá tempo para uma reflexão mais madura, para uma análise da viabilidade de se suspender (ainda que parcialmente) a moratória e de demonstrar uma condição mínima de pagamento, mesmo que o presidente José Sarney tenha solicitado reservas de seis bilhões de dólares... O tempo é breve e exige humildade e realismo, pois a posição de força permanece com os credores e dela eles certamente não pretendem abrir mão.